

Desafios do gestor escolar na avaliação na educação infantil¹

Gilvana Federle Comarella²

RESUMO

Este artigo tem como objetivos compreender as orientações presentes em documentos legais nacionais sobre a avaliação na educação infantil e problematizar desafios do gestor escolar no acompanhamento desse processo. Para tanto, realizou-se uma análise documental, tomando como fontes a LDB, BNCC e RCNEI. Para a análise, procedeu-se à leitura de cada um dos documentos supracitados, de modo a identificar orientações sobre o processo avaliativo na Educação Infantil e sobre funções ou papéis do gestor escolar. Os dados analisados oferecem indícios de que os pressupostos presentes na LDB, BNCC e RCNEI, dialogam com elementos que envolvem a avaliação, contudo de forma implícita, ou melhor, pouco apresentam-se o papel do gestor no processo avaliativo e, como proceder nas práticas avaliativas, o que verifica-se são orientações sobre a avaliação da aprendizagem.

Palavras chaves: Educação Infantil; Avaliação da Aprendizagem; Gestão Escolar.

Introdução

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (LDB - Art. 29 Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Etapa esta, que por sua vez, desafia e exige dos envolvidos conhecimento acerca do desenvolvimento da criança, suas necessidades e potencialidades. Torna-se necessário, olhar atento, segurança e comprometimento frente ao que compete a educação escolar em seus vários aspectos no intuito de possibilitar o desenvolvimento integral da criança.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Escolar da UFFS-Campus Erechim/RS como requisito parcial para a obtenção de grau de especialista. Orientação: Profa. Ms. Lidiane L. Puiati Pagliarin.

² Graduada em Educação Física Licenciatura e Bacharel pela URI; Pós Graduada em Fisiologia do Exercício pela IDEAU; Graduanda de Pedagogia pela UNOPAR; Professora de Educação Infantil na IDEAU; e-mail: gil_comarella@hotmail.com

Dentre os vários aspectos educativos que viabilizam o desenvolvimento da criança, vale destacar o processo avaliativo, pois através do mesmo é possível analisar, compreender, planejar e oportunizar às crianças vivências pedagógicas interativas que as viabilizem desenvolvimento em sua totalidade.

O ato avaliativo na educação infantil constitui-se em um dos mecanismos, quando utilizado com o objetivo de atender as necessidades e o desenvolvimento da criança, como um auxiliar potente e essencial no processo de aprendizagem, uma vez que possibilitará aos alunos viverem experiências de sucesso, com vontade e confiança no aprender e crescer com respeito a singularidade de cada um.

Para tanto, a avaliação deve ser constante e diária, realizada em diferentes momentos através de observações ativas sobre as reais necessidades educativas, abrangendo as áreas cognitiva, motora e afetiva, de maneira especial relacionados a aprendizagem do aluno, valorizando a diversidade, conhecendo as dificuldades e necessidades para que se possa planejar situações de ensino diversificadas que respeite o processo de desenvolvimento infantil.

Para o desenvolvimento de tal processo, far-se-á necessário estabelecer uma metodologia de avaliação, a qual, considerando a faixa etária dos alunos da Educação Infantil, torna-se eficaz e significativa quando, mediante observação ativa, acompanhamento e registro do que é construído cotidianamente pelos alunos. Enquanto registro do acompanhamento, o portfólio é um dos instrumentos que possibilita perceber a construção do aluno, a reflexão, a criatividade, a auto avaliação, a parceria professor-aluno, a autonomia e a reflexão teórico metodológica da prática pedagógica por parte do educador.

O portfólio retrata os passos percorridos pelo educador, o processo de construção das aprendizagens pelas crianças e a possibilidade de reflexão sobre o fazer pedagógico, no intuito de qualificá-lo para aprimorar o processo de construção de aprendizagens e atingir os objetivos previstos em cada faixa etária da educação infantil.

Contudo, para que esse processo se efetive, é importante a vivência de uma prática educativa reflexiva por parte do educador e um acompanhamento sistemático da equipe gestora da escola, necessita-se que a gestão da escola esteja atuante, presente em todo este processo, intervindo, dialogando e participando dessa etapa tão importante para a vida do aluno. E isso, só acontece quando há uma gestão democrática que visa o bem estar do aluno e trabalha em prol do pleno desenvolvimento das aprendizagens.

Desta forma, objetiva-se com este artigo compreender as orientações presentes em documentos legais nacionais sobre a avaliação na educação infantil e problematizar desafios do gestor escolar no acompanhamento desse processo. Assim, a seguir abordar-se-á reflexões teórico metodológicas acerca do processo de avaliação na Educação Infantil e sobre a gestão escolar.

1 Avaliação da Aprendizagem na Educação Infantil e o papel do gestor

Brincar com a criança não é perder tempo, é ganhá-lo. Se é triste ver meninos sem escola, mas triste ainda é vê-los enfileirados em salas sem ar, com atividades estéreis sem importância alguma para a formação humana. (Carlos Drummond de Andrade)

A avaliação é considerada multidimensional, ou seja, capaz de abranger múltiplas estimativas de determinadas situações. Avaliar envolve valor, e valor envolve pessoa. Avaliar é muito mais que conhecer o aluno, é reconhecê-lo. É preciso estar preocupado com a aprendizagem, tornando-se um aprendiz do processo, aprendiz da sua disciplina e dos próprios processos de aprendizagem (HOFFMANN, 2008).

A finalidade básica da avaliação é intervir, tomar decisões, observar o progresso e planejar. Também, através do processo avaliativo é possível interferir ou modificar determinadas situações, relações ou atividades na aula melhorando a aprendizagem das crianças. Nesse caso, não se remete somente em relação à criança, mas também ao projeto, ao fazer pedagógico do professor na intervenção educativa, viabilizando ao educador a coleta de informações que ajudam a aprimorar as propostas executadas em aula.

Dessa forma, a avaliação é indispensável para valorizar a subjetividade de cada aluno e a diversidade existente entre eles. O ato avaliativo viabiliza conhecer as diferentes potencialidades, dificuldades e necessidades dos alunos e, assim, planejar situações de ensino diversificadas e concretas que contribuem para o desenvolvimento infantil.

Para tanto, avalia-se constantemente e diariamente para que se consiga alcançar verdadeiramente o real objetivo, necessidade e expectativa que a criança almeja ao estar no espaço escolar. Luckesi (1998) descreve que “a avaliação deve ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento de identificação

de novos rumos. Enfim, terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos” (p. 43).

A avaliação tem que percorrer um caminho inusitado, pelo sonho e desejo de superação para se chegar a algum objetivo ou destino. E para isso faz-se necessário de múltiplas dimensões do olhar avaliativo, ou seja, construir olhares mais profundos e avaliar em sua totalidade. Dessa forma, instiga-se prestar atenção nas dimensões sobre os registros obtidos, o processo avaliativo, as concepções de avaliação e os valores sociais e éticos (HOFFMANN, 2008).

Sendo assim, compreende-se que a avaliação da aprendizagem se dá como um ato amoroso, no sentido em que a avaliação é um ato acolhedor, integrativo e inclusivo. Na medida em que a avaliação tem como finalidade diagnosticar e incluir o educando, pelos mais diversos meios, da aprendizagem satisfatória e que integre todas as suas experiências de vida (LUCKESI, 2006). No entanto, este ato amoroso precisa ser compartilhado e coordenado por todos os profissionais envolvidos inclusive, compartilhado com a família, possibilitando a vivência de um processo avaliativo global sobre as construções efetivadas e as necessidades de aprendizagem do aluno.

Dessa forma, salienta-se observar e compreender a vitalidade presente no desenvolvimento infantil, pois essa compreensão possibilitará a qualidade da interação dos professores com a infância, para que assumam seu papel de mediadores na ação educativa.

Como nos afirma Hoffmann,

(...) a observação que se pretende fazer da criança em geral refere-se a um modelo definido pelo adulto a respeito de comportamentos esperados. Essa observação, assim, é de cunho comparativo e classificatório, restringindo-se a expectativas definidas a priori pelo educador, que deixa de valorizar, assim, as formas peculiares de as crianças vivenciarem as situações e construírem o seu conhecimento. Por outro lado, tal prática avaliativa não é percebida em seu dinamismo, ou seja, as observações feitas resultam em registros e pareceres finais, e o cotidiano do educador parece não contemplar o significado da reflexão permanente sobre o agir das crianças (2005, p.72).

Nesse sentido, Luckesi (2002) enfatiza que deve-se “auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal, a partir do processo de ensino-aprendizagem, e responder à sociedade pela qualidade do trabalho educativo realizado” (p. 174).

Por isso, a avaliação da aprendizagem não é um julgamento de valor somente sobre o aluno, mas também acerca da prática docente, ou seja, um processo pelo qual se avalia uma prática educativa.

1.1 Avaliação na Educação Infantil

As conquistas da Educação Infantil no Brasil, na sua história recente, tem se pautado em uma concepção das crianças como pessoas que produzem cultura e são produzidas na cultura, brincam, aprendem, sentem, criam, crescem e mudam, ao longo do processo histórico que constitui a vida humana. Essa visão assume que as crianças são marcadas por sua classe social, etnia, gênero, diferenças psicológicas, físicas e culturais. Brincando, elas estabelecem uma relação crítica com a tradição (KRAMER, 2014).

O campo do currículo e elaboração de propostas pedagógicas de Educação Infantil enfrentam, no Brasil, o desafio da garantia de qualidade do trabalho da Educação Infantil em creches, pré-escolas e escolas. São muitos os problemas relativos à avaliação de crianças nas práticas educativas nessas instituições, tanto no que se refere às concepções de infância, Educação Infantil e avaliação, quanto aos instrumentos e procedimentos delineados para sua concretização (KRAMER, 2014).

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2016)

A intencionalidade do processo educativo pressupõe o monitoramento das práticas pedagógicas e o acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças. O monitoramento das práticas pedagógicas fundamenta-se na observação sistemática, pelo educador, dos efeitos e resultados de suas ações para as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a fim de aperfeiçoar ou corrigir suas práticas, quando for o caso. O acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento dá-se pela observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”.

Tal referência permite considerarmos a avaliação como um processo intencional e ao mesmo tempo libertador, uma vez que, instiga a observar a criança, planejar ações

para que a mesma progrida, mas acima de tudo respeitar as individualidades e o processo de desenvolvimento de cada uma, pois

as crianças apresentam maneiras peculiares e diferenciadas de vivenciar as situações, de interagir com os objetos do mundo físico. O seu desenvolvimento acontece de forma aceleradíssima. A cada minuto realizam novas conquistas, ultrapassando nossas expectativas e causando muitas surpresas. (HOFFMANN J. M. L., 2005, p.69).

Muitas são as opções metodológicas e instrumentais que podem ser sobrepostas na (re) significação e (re) construção da prática avaliativa no sentido de conferir-lhe um sentido mais democrático, participativo e social. Os procedimentos que utilizamos para avaliar nossos alunos em sala de aula revelam nossas concepções sobre a aprendizagem, a infância e a educação, expondo, assim, os modelos teóricos que nos apoiam (BARBOSA; HORN; 2008).

São muitos os instrumentos utilizados como forma de registro vinculada ao acompanhamento da aprendizagem das crianças servindo como documentação do processo pedagógico, da reflexão e da própria formação dos professores. E, um desses instrumentos é o portfólio, que são pastas pensadas para serem obras em processo que são periodicamente analisadas para que se discutam progressos, para ampliar as potencialidades, as dificuldades e a proposta de novos desafios (BARBOSA; HORN; 2008).

Nessa lógica, o portfólio se destaca, por considerar o aluno em sua especificidade. Um instrumento que permite reflexão sobre a trajetória da construção do conhecimento e compreender melhor o processo de apreensão do saber constituído. Sendo assim, os portfólios tornam-se instrumentos mediadores, como ressalta Hoffmann (2005, p. 133-134), “[...] à medida que contribuem para entender o processo do aluno e apontar ao professor novos rumos”, uma vez que cada sujeito tem um percurso pessoal, e o acompanhamento da aprendizagem é a única forma de valorizarmos não apenas o resultado, mas todo o percurso construído pelo grupo e pelo sujeito em seu processo de aprendizagem (BARBOSA; HORN; 2008).

Parte importante do currículo, a avaliação visa obter dados ou informações para subsidiar as práticas, favorecer a escolha de estratégias pedagógicas adequadas ou redirecioná-las e – em todas as etapas do crescimento humano – para conhecer as crianças. Afirmar que professore/as e gestores/as, jovens ou adultos que trabalham na Educação Infantil precisam conhecer as crianças significa que precisam identificar e compreender

seu momento de desenvolvimento cognitivo e afetivo, seus valores, os contextos sociais e culturais, suas ações cotidianas, interesses, necessidades e dificuldades, conceitos e preconceitos adquiridos no processo de socialização na família, igreja ou instituições educacionais as mais diversas que frequentam ou já frequentaram (KRAMER, 2014).

Conhecer o que as crianças fazem, sabem, gostam (ou não), procuram e inventam é requisito para que se possa – com condições concretas pensar, formular, alterar e ajustar o currículo, rever atividades e projetos, reorganizar o espaço e redimensionar o tempo, no planejamento diário e para orientar as práticas, propiciar interações e delinear os modos de gestão (KRAMER, 2014).

Diante dos objetivos previstos para o processo de avaliação, refletir acerca do processo avaliativo que envolve a etapa da educação infantil, nos instiga a pensar nos sujeitos envolvidos nesse processo: o percurso trilhado pelos pequenos, sem julgamentos ou rótulos, o papel do educador aderindo a avaliação como subsídio para qualificar a ação pedagógica, a família como partícipe do processo de desenvolvimento da criança e, a gestão da escola, enquanto elo entre a prática educativa, a aprendizagem da criança e a parceria entre escola e família.

1.2 Desafios da gestão escolar no processo avaliativo

Tanto quanto um direito do cidadão e dever do Estado, hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta o direito de acesso, permanência e qualidade à educação escolar básica. Sendo este como um direito reconhecido, é preciso que nossas escolas registrem no coração todas estas condições e que o gestor assuma e lidere a efetivação deste direito (CURY, 2007).

Para isso, torna-se necessário que a gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, dialogue, participe com a comunidade educacional capacitando um projeto pedagógico de qualidade que da qual nasçam “cidadãos ativos” participantes da sociedade como profissionais compromissados (CURY, 2007).

“As políticas que traduzem as intenções do Poder Público, ao serem transformadas em práticas se materializam na gestão.” (VIEIRA, 2007, p.58). A gestão, portanto, diz respeito ao fato dela se situar no campo das coisas que têm que ser feitas, da interação com o outro. Requer humildade, aceitação e preparação. Administrar a escassez, gerir

conflitos, tomar decisões em situações complexas. Do contrário, as melhores ideias também se inviabilizam.

A gestão escolar, como o próprio nome diz, refere-se à esfera de abrangência dos estabelecimentos de ensino e são tarefas específicas da escola a gestão de seu pessoal, assim como de seus recursos materiais e financeiros. Além dessas atribuições, e acima de qualquer outra dimensão, está a incumbência de zelar pelo que constitui a própria razão de ser da escola, o ensino e a aprendizagem (VIEIRA, 2007).

A gestão da escola, recentemente adotada no cenário educacional conforme coloca Martins (2004), ainda está submetida a visão racionalista como práxis humana apropriada sob o capital, a maximização da produção, construído a partir de limites que em muitos casos é uma continuação da administração geral, ligada ao pensamento empresarial, ou seja, ao processo de manutenção da existência do ser humano enquanto ser social. Desse modo, pode-se dizer que

“a educação e, conseqüentemente, sua gestão, são portadoras de especificidades que não compactuam com o intuito do capital de converter a educação em mercadoria. Pelo contrário, são antagônicas em relação a ele.” (MARTINS, 2004, p.65).

Nesse sentido, Vieira (2007) fomenta a questão da gestão democrática, que representa importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola. O detalhamento da gestão democrática é estabelecido em lei, através de dispositivo que define os limites à expressão deste “valor público”, determinando que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (LDB, Art. 14).

Tendo em vista, que a gestão democrática fundamenta-se em coletividade e participação, sendo proporcionada como uma atividade condicionante, quando colocada à frente de uma prática abeira-se a especificidades de um fenômeno educacional, portanto, a democratização da gestão escolar acontece, fundamentalmente pela participação ativa da comunidade nas ações educativas e escolares, objetivando que a democratização da escola ampare na democratização social.

“Ainda que muitas sejam as concepções sobre a relação educação e sociedade, educação e produção da existência ou educação e atividade econômica, todas elas partilham de algumas questões indubitáveis à esta condição humana que constitui a razão de ser de toda instituição escolar: a formação humana do homem e da mulher em sua ampla dimensão, pessoal e profissional.” (FERREIRA, 2000, p.295).

Nesse sentido, uma boa ou má administração educacional é o futuro de muitos que pela escola passarem, pois a organização da escola e sua gestão mostram suas ações a cerca da inclusão e exclusão. Desse modo, funda a imensa responsabilidade da escola quanto à formação que propicia e da gestão em assegurar esta formação (FERREIRA, 2000).

Sendo assim, a gestão da educação assume o papel fundamental na direção da educação e do ensino, construindo uma afinidade forte entre sociedade educação, ressignificando analisar novas formas de organização da gestão da educação (FERREIRA, 2000).

Considerando tais fundamentos teóricos sobre gestão, vale salientar que a escola é um espaço onde acontece a difusão do saber e de aprendizagem para aqueles a quem foi criada. Mas, com tantos problemas na prática, pode-se dizer que a gestão corre o risco de desviar-se desta finalidade aparentemente tão simples, por isso, cabe aqui dizer que o sucesso de uma gestão escolar, só se solidifica mediante o sucesso de todos os alunos. Daí que precisamos manter a gestão para uma sociedade de pessoas aprendentes.

Nesse sentido, o papel da gestão escolar implica em um cuidado constante sobre os processos de produção e propagação do saber na escola. Isto significa incorporar uma cultura de avaliação que torne possível fazer melhor uso dos resultados do aparato de avaliação. E, é aí que a gestão assume um papel em observar, analisar, diferenciar as necessidades e sobre tudo isso trabalhar a avaliação de forma que venha construir e agregar saberes durante o processo do aluno.

Contudo, a tarefa do gestor não é simples, pois ele é o docente observador com visão de mediar à aprendizagem tornando-a mais significativa para que se possam alcançar objetivos de formação contínua, sempre idealizando sonhos para que a escola cresça de forma a visar o desenvolvimento do sujeito aprendiz.

Metodologia

Essa pesquisa teve abordagem de forma qualitativa, pois pode ser caracterizada com a tentativa e uma compreensão detalhada dos processos avaliativos. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa tem como instrumento de análise documental o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) – documento em vigência, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – proposições e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – questões técnicas. A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Ludke e André, 1986).

Para a análise, procedeu-se à leitura de cada um dos documentos supracitados, de modo a identificar: orientações sobre o processo avaliativo na Educação Infantil; orientações sobre funções ou papéis do gestor escolar.

Resultados da Pesquisa

Este processo de análise permitiu interlocuções com documentos que norteiam a educação infantil, tendo como fonte a LDB, RCNEI e a BNCC, focalizando as permanências e os avanços.

A LDB é a lei mais importante que se refere a educação e ela nos traz em seu artigo 30 a questão das regras de como a educação infantil deve ser organizada. Nos apresenta como regra primeira a avaliação, esta que deve ser “mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996). Também expõe como regra a expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

O que a LDB nos mostra com relação a avaliação da educação infantil, vai ao encontro do que os autores (BARBOSA; HORN; 2008) nos trouxeram no referencial, uma vez que reafirma que, para avaliar nesta etapa, faz-se necessário um processo contínuo, de um olhar para a formação e o desenvolvimento da criança, ou seja, observar,

acompanhar periodicamente e fazer registros importantes sobre informações relevantes para que se possa acompanhar a criança em seu processo de formação.

Desse modo, todo este processo que envolve a questão avaliativa deve ser olhado com atenção, pensando no desenvolvimento da criança, e, para isso o professor é fundamental e responsável para avaliar a criança em sua perspectiva participando com total integralidade e dedicação.

Contudo, ao se tratar de acompanhamento e registro do processo avaliativo a lei não apresenta de forma explícita procedimentos que consideram adequados, mas apresenta objetivos e concepções teóricas que condizem com a utilização de recursos/procedimentos que considerem as especificidades dos sujeitos e o seu processo de desenvolvimento. Desta forma, a avaliação constitui-se em um processo amplo resumido em três palavras: avaliação, acompanhamento e registro. Estas, por sua vez, na concretude, nos objetivos e no sentido impregnado em cada uma delas representam o cerne de um processo educativo que visa o aprender na escola.

Embora, que a avaliação tenha uma concepção de observação e registro, conforme consta na LDB, a mesma muitas vezes, não é compreendida desta forma e nem pensada para o desenvolvimento da criança e qualificação do ensino, assim é imprescindível o papel do gestor no acompanhamento deste processo como tarefa de acuidade, ou melhor, de ser realizada num conjunto entre escola, professor e pais, desenvolvendo um trabalho sério, respeitoso e significativo.

Considerando a gestão como mediadora do processo ensino aprendizagem, cabe aos estabelecimentos de ensino organizar, pensar... na gestão. Segundo a LDB em seu artigo 14 onde diz que

os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

Cabe salientar que as escolas tem total autonomia pedagógica e de gestão para assegurar um processo de formação para a criança, pensando em seu pleno desenvolvimento, ressalta Ferreira (2000). Mas será que as escolas estão preocupadas em ter uma organização conjunta, no sentido, de pensar a criança em seu processo de aprendizagem?

Percebe-se, após a leitura atenta a LDB, que ficam muitas lacunas acerca do processo avaliativo, como o processo de acompanhamento e registro da avaliação. A lei exige, mas não apresenta possibilidades de como deve ser feito este registro, de que formas devem proceder e também não nos permite entender como a avaliação deve ser escrita e o que deve estar pautado nela, se é conteúdos trabalhados e ou se são apenas particularidades da criança. Indagações estas que ficam vagas quando se busca entender o processo avaliativo em torno da educação infantil.

Outro documento analisado é a BNCC, documento que apesar de ainda não estar em vigor apresenta um conjunto de conhecimentos e concepções que visam nortear o que deve ser ensinado nas escolas do Brasil, englobando todas as etapas da educação básica, e uma delas é a Educação Infantil.

No que tange o processo avaliativo neste documento de caráter normativo incide do processo educativo, ou melhor, dizendo do monitoramento das práticas pedagógicas, do acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento da criança. Como se pode observar nas colocações mencionadas em cada intencionalidade

O monitoramento das práticas pedagógicas fundamenta-se na observação sistemática, pelo educador, dos efeitos e resultados de suas ações para as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a fim de aperfeiçoar ou corrigir suas práticas, quando for o caso. O acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento dá-se pela observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas” (BRASIL, 2016, p. 35).

Desta forma, pode-se observar e compreender que os passos para averiguar o processo de desenvolvimento da criança consta especificado, de maneira sucinta, contudo apresenta aspectos que caracterizam o processo avaliativo, o acompanhamento, as possibilidades de registro, a finalidade da avaliação para o desenvolvimento da criança e qualificação da prática pedagógica. Ainda, retoma a importância de avaliar a trajetória da criança, a progressão da mesma dentro de um processo sistemático e contínuo. Este é mais um dos documentos, que evidencia a importância da avaliação nas escolas para o desenvolvimento infantil, qualificação da prática pedagógica e a aprendizagem de

qualidade, contudo nem sempre a mesma é compreendida e ou utilizada com tal intencionalidade.

Dialogando com a autora Kramer (2014) entendo que a avaliação seja satisfatória quando alocada de forma sistemática (permanente, planejada, com os instrumentos de registro adequados etc.) e crítica (ponderada, refletida, dialogada) e reflexiva (porque avaliar exige muita prudência e ponderação). Por isso, evidencio que consiste em pequenas, porém importantes, dúvidas em relação a estes pequenos detalhes, que quando colocado em prática pode gerar diferentes entendimentos e diferentes formas de olhar a ação da aplicabilidade.

Uma questão que acredito não estar explícita nas ações que regem a BNCC é a questão da relação deste processo avaliativo com o papel do gestor/supervisor/coordenador, pois o que consta são decisões que caracterizam o currículo em ação:

[...] decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem; [...]
[...] criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de desenvolvimento docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento da gestão do ensino e aprendizagem;
manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das escolas e sistemas de ensino [...] (BRASIL, 2016, p.12 e 13).

Analisando assim, fomenta-se que tudo está muito amplo, não estando especificado como que a gestão pode estar atuando de forma concreta no acompanhamento e elaboração de estratégias, conceitos, formas... que venham a acrescentar no desenvolvimento da criança.

No que diz respeito a parte da educação infantil, percebe-se um conflito entre direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil, não sendo enfatizado a relação entre os processos avaliativos e ao papel da escola nestes artifícios como dialoga Vieira (2007). Segundo a BNCC, ressalta como direito de aprendizagem e desenvolvimento:

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes,

desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando (BRASIL, 2016, p.34).

Considerando o cenário apresentado pelos documentos estudados verifica-se quão complexo é o processo avaliativo, compreender aos vários elementos que o constitui, os envolvidos nesse processo e as práticas avaliativas que viabilizariam atingir os objetivos gerais a que avaliação se propõem quando concebida de forma diagnóstica e processual, pois só assim a avaliação contribuiria para uma educação de qualidade que pensa na criança como um todo e não apenas como uma parte fragmentada da escola.

Contudo, em síntese, os autores colocam que a gestão deve mediar a aprendizagem, de forma a visar o desenvolvimento do sujeito aprendiz, e para isso, faz-se necessário, que a gestão assuma um papel em observar, analisar, diferenciar as necessidades em prol da construção e agregação de saberes para formação da criança, auxiliando e contribuindo para uma educação de qualidade que pensa na criança como um todo e não apenas como uma parte fragmentada da escola.

E por fim, analisou-se o RCNEI, que ressalta uma série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pelo Ministério da Educação atendendo às determinações da LDB.

Em seu volume 1, apresenta questões importantes e uma delas refere-se a avaliação, como instrumento essencial para a reflexão sobre a prática direta com as crianças na forma de observação, registro, planejamento e avaliação.

A avaliação nessa etapa deve ser processual e proposta a auxiliar o processo de aprendizagem, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo.

No que se refere às crianças, a avaliação deve permitir que elas acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo de seu processo de aprendizagem. Para que isso ocorra, o professor deve compartilhar com elas aquelas observações que sinalizam seus avanços e suas possibilidades de superação das dificuldades. Nessas situações, o professor deve ter consciência de que a forma como a avaliação é compreendida, na instituição e por ele próprio, será de fundamental importância para que a criança possa construir uma representação positiva da mesma.

A avaliação também é um excelente instrumento para que a instituição possa estabelecer suas prioridades para o trabalho educativo, identificar pontos que necessitam de maior atenção e reorientar a prática, definindo o que avaliar, como e quando em consonância com os princípios educativos que elege. Os pais, também, têm o direito de acompanhar o processo de aprendizagem de suas crianças, se inteirando dos avanços e conquistas, compreendendo os objetivos e as ações desenvolvidas pela instituição.

No volume 2 e 3 destacam-se os processos de observação, registro e avaliação formativa. Neste sentido aparece como observação um acompanhamento do trabalho que poderá ajudar na avaliação e no replanejamento da ação educativa. E, para que as observações não se percam e possam ser utilizadas como instrumento de trabalho, é necessário que sejam registradas, e que tudo isto seja documentado e que o professor atualize, sistematicamente, suas observações, documentando mudanças e conquistas.

No que se refere à avaliação formativa, deve-se ter em conta que não se trata de avaliar a criança, mas sim as situações de aprendizagem que foram oferecidas e que além de ser algo importante e valorizado, tenha uma função real.

Pensando assim, para que se tenham condições reais de avaliar uma criança, faz-se necessário refletir sobre o ambiente da instituição e o trabalho ali desenvolvido, no qual deve ser contínuo, levado em consideração os processos vivenciados pelas crianças, resultando em um trabalho intencional do professor, ou seja, deverá constituir-se em instrumento para a reorganização de objetivos, conteúdos, procedimentos, atividades e como forma de acompanhar e conhecer cada criança e grupo.

Analisando todo este aparato de informações sobre a avaliação da educação infantil no RCNEI, salienta-se que é um documento recheado de informações e possibilidades de avaliação, esmiuçando detalhes de como deve proceder as observações e os registros, sendo estes indispensáveis para fundamentar a prática do professor e que através das particularidades dos alunos é possível ter uma visão integral da sua aprendizagem.

E, para a instituição escolar e para o professor, a avaliação é necessária para nortear e redefinir os conteúdos programados, garantindo assim a qualidade da aprendizagem e a inclusão dos pais nesse processo, permitindo a conscientização dos mesmos quanto ao Projeto Político Pedagógico da instituição.

Evidenciando assim Hoffmann (2008), o RCNEI tem a mesma linha de organização das práticas avaliativas, ou seja, se faz necessário conhecer as crianças num

todo de modo a ter condições de reorganizar, redimensionar, reorientar e delinear passos com condições concretas para o desenvolvimento da criança num todo.

Um ponto aqui evidenciado é a falta de orientações sobre o papel gestor, de como a gestão pode estar ajudando como atuante ativo para que todos estes processos possam ser alcançados a fim de que se consiga avaliar sem medo de prejudicar a criança e que a avaliação seja um meio de aprendizado significativo no decorrer da etapa da criança na educação infantil.

Finalizando, a etapa de análise destes três documentos norteadores da educação infantil, é possível evidenciar que os mesmos apresentam os componentes que constituem a avaliação, e de forma implícita as formas de registro e acompanhamento, o que torna necessário um olhar reflexivo acerca de tais documentos entrelaçados com a Proposta do Projeto Político Pedagógica da escola e principalmente com os objetivos de aprendizagem. Acerca da gestão, do papel do gestor, quanto ao acompanhamento, a intervenção pedagógica junto aos educadores, as reflexões teórico metodológicas... do, no e sobre os processos avaliativos, poucas são as referências localizadas nos documentos estudados. Uma vez que, a gestão deve ter um papel atuante ativo no que se refere a avaliação da aprendizagem, pois é o gestor que media as situações e que leva a escola a ter uma participação ativa de todos os que fazem parte do processo educativo.

Conclusão

Comprendemos que os documentos norteadores da educação infantil analisados neste artigo são prescrições prévias de como devem proceder a determinadas ações que regem o âmbito escolar em suas respectivas áreas.

A LDB nos traz em seu conjunto de elementos questões técnicas, que devem ser exploradas e seguidas. A BNCC é um documento em vigência, mas que nos permite a compreensão dos diferentes campos e sujeitos atrelados a educação infantil. E, o RCNEI apresenta em seu documento informações de procedimentos mais específicos.

Entretanto, após todas estas leituras supracitadas salienta-se que cada uma traz consigo o mesmo objetivo na questão avaliativa, de acompanhamento e registro, mas elencado de uma forma diferente. Dessa forma, entende-se que os documentos apresentaram, de forma explícita, de como proceder na prática o processo avaliativo, deixando lacunas para cada leitor ler e interpretar da forma que achar mais condizente.

Outra questão é a atuação do gestor na avaliação. Os documentos não trazem como que o gestor deve operar, dinamizar, acompanhar e sistematizar o processo avaliativo junto aos envolvidos no mesmo.

Contudo, uma consideração que julgo relevante e carece de ser refletida, recai sobre o desafio da gestão na prática avaliativa como forma de interferir diretamente neste processo a fim de junto de seus professores criarem um documento norteador da escola que defina objetivos, conceitos, estratégias e organização da avaliação para que este documento seja exequível diretamente com o aluno e que seja de acesso a toda comunidade escolar, principalmente aos pais.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, M. C. S. HORN, M. G. S. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Grupo A, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

CURY, C. R. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. RBPAAE – v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007.

FERREIRA, N. S.C. AGUIAR, M. A DA S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 3º Parte: Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades. Pag. 295 – 301. São Paulo: Cortez, 2000

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Editora Mediação, Porto Alegre, 2005.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação: Mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 35º ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Editora Mediação, Porto Alegre, 2008.

KRAMER, S. **Avaliação na educação infantil: no avesso da costura, pontos a contar, refletir e agir.** Revista Interacções, NO. 32, PP. 5-26, 2014.

LUCKESI, C.. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1998.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

MARTINS. F.J. **Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB.** Campo Grande-MS, n. 17, p. 63-84, jan./jun. 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

VIEIRA, S. L. **Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples.** RBPAE – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.